

DAS CIDADES-ESTADO ÀS CIDADES-GLOBAIS: O PAPEL DAS CIDADES NA GOVERNANÇA GLOBAL

Domingos Martins Vaz

dvaz@ubi.pt

Sociólogo, professor no Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior (UBI, Portugal) e investigador integrado do CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa). Tem desenvolvido investigação sobre temas urbanos e rurais, mobilidades e desenvolvimento territorial, sobre os quais tem publicado.

Liliana Reis

lilianareis@ubi.pt

Professora auxiliar da Universidade da Beira Interior (UBI, Portugal) e diretora da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais e do Mestrado em Relações Internacionais da mesma instituição e investigadora do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho e Universidade de Évora. Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade do Minho, mestre em Relações Internacionais e Ciência Política pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Minho. Tem desenvolvido investigação sobre a UE e governança global e participado em várias conferências nacionais e internacionais. Recebeu recentemente a menção honrosa do Prémio José Medeiros Ferreira.

Resumo

A governança global alterou a arquitectura institucional e as condições sistémicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, bem como as características do sistema político, a forma de governo e o sistema de intermediação de interesses. Porém, e apesar de ter ultrapassado a dimensão estatal do poder, criou novas dimensões inter-estatais e novas relações entre os poderes, nomeadamente ao nível das cidades. As cidades têm ajudado a resolver problemas comuns de uma forma mais eficiente e eficaz, facilitando o intercâmbio de conhecimentos, a partilha de soluções e recursos, construindo capacidades para implementação e monitorização do progresso no sentido de alcançar metas acordadas colectivamente, numa abordagem *bottom-up*. As cidades têm a virtude de garantirem o contracto social e político mais directo entre as sociedades e a noção de autoridade. Procura-se, pois, reflectir sobre esta governança emergente, menos hierárquica e rígida, para enfrentar os complexos desafios globais como as alterações climáticas e demográficas, taxas de criminalidade crescentes, tecnologia disruptiva e pressões sobre recursos, infra-estruturas e energia. Como interface global/local, as cidades podem assegurar soluções eficazes para os actuais desafios e agir em conjunto, em domínios em que a agenda global está paralisada.

Palavras-chave:

Actores sub-nacionais; Ameaças e riscos; Globalização; Governança multinível; Redes de cidades

Como citar este artigo

Vaz, Domingos Martins; Reis, Liliana (2017). "Das Cidades-Estado às Cidades-Globais: o papel das cidades na governança global". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 8, N.º 2, Novembro 2017-Abril 2018. Consultado [online] em data da última consulta, DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.8.2.2>

Artigo recebido em 7 de Julho de 2017 e aceite para publicação em 11 de Setembro de 2017





DAS CIDADES-ESTADO ÀS CIDADES-GLOBAIS: O PAPEL DAS CIDADES NA GOVERNANÇA GLOBAL

**Domingos Martins Vaz
Liliana Reis**

1. Introdução

A proporção da população global a viver em cidades tem crescido rapidamente, observando-se, actualmente, maciças concentrações espaciais de pessoas numa escala até agora julgada inconcebível, levando à formação de sistemas urbanos mundiais com rápidos efeitos de transformação nas sociedades e no funcionamento da economia e da política global. Como consequência destas transformações os desafios que se colocam hoje às cidades aproximam-nas, em certas situações, da ideia de “cidades-estados”¹, quer do ponto de vista da concentração de actividades diversas e da inovação, quer de actuação no âmbito de redes e sua relevância na compreensão do fenómeno da governança global.

O artigo analisa e replica o papel das cidades e a descentralização do locus de poder ao nível da governação nacional e internacional, consequência do próprio processo de globalização. A abordagem holística apresentada proporciona uma contribuição para a melhoria da análise dos atuais processos de governança global, enfatizando o papel das cidades como actores com capacidade para gerar respostas aos riscos e ameaças globais (terrorismo, alterações climáticas, criminalidade, entre outras), não ignorando que muitos destes têm génese urbana. Assim, na primeira secção é avaliado o papel das cidades no processo de globalização, a cidade como centro de poder e a globalização enquanto fenómeno multidimensional. Na segunda secção é abordada a formação e o papel das redes de cidades e a questão da *governance*, nomeadamente a dimensão da governação multinível. Na terceira secção, são referenciados os principais desafios e problemas recenseados por entidades internacionais e, que, também defrontam as cidades, perspectivando-se o papel destas como actores sub-nacionais para o enriquecimento e a maturação do processo de governança global. Concluímos que as

¹ A origem do termo é inglesa, data do século XIX e abrange as cidades do mundo greco-romano e da Itália medieval. Ainda que esta concepção de Estado remonte às civilizações pré-clássicas do Crescente Fértil (da Fenícia à Mesopotâmia, nomeadamente na Suméria), atingiu o seu máximo esplendor entre os séculos V e IV a. C., na época da Grécia Clássica, enquanto sistema político constituído por uma cidade independente que exerce soberania sobre um território circundante, atuando como centro político, económico e cultural, destacando-se Atenas, Esparta e Tróia. As necessidades de conquista ou de sobrevivência continuam a ser as hipóteses explicativas para o aparecimento desta forma de organização política nas cidades gregas espalhadas pelo Mediterrâneo (Cidade-estado, 2003-2017). Hoje, a globalização, a descentralização do poder dos Estados e a necessidade local de soluções globais vêm provocando uma alteração no contexto dominado pelos Estados nacionais. A política externa de muitas urbes já não se limita à simples promoção comercial ou cerimónias de gemação. Muitas cidades e regiões assumem-se como atores no âmbito de redes com interesses comuns, e, enquanto atores sub-nacionais, desenvolvem acções paradiplomáticas no cenário internacional.



redes de cidades são uma nova forma de actuação compostas por actores sub-nacionais, antes excluídos do cenário internacional, e representam uma nova realidade mundial com as suas próprias estruturas e modos inovadores de equacionar e interagir no sistema internacional.

2. Cidades e Globalização

2.1 A Cidade como centro de poder

Ao longo da História uma cidade foi sempre um centro de poder. Ela nasce de um processo de sedentarização, e indissociável à sua existência material está a sua existência política. Sede de poder e administração, lugar de produção de mitos e símbolos, como local cerimonial é na cidade que se localizam os templos, onde moram os deuses capazes de garantir o domínio sobre o território (Rolnik, 1994)². Desde a Antiguidade, dos sumérios aos gregos, que o papel das cidades como pontos fulcrais de interesses e decisões vincularam comunidades de cidadãos. Assumiram e equiparam-se com funções de Estado. As cidades gregas de Esparta e Atenas, como unidades políticas, tiveram um papel de relevo no domínio das relações “internacionais”, no âmbito da defesa com a formação de alianças entre cidades-estado, que se vieram a enfrentar na Guerra do Peloponeso.

A cidade é também um dos primeiros grupos sociais aberto “a todos os estranhos”³, ao contrário da aldeia ou do clã, o que provoca efeitos dinâmicos evidentes. Permitiram, e permitem, o encontro, a partilha, a inovação. Daí que ainda hoje sejam identificadas com a «civilização», ou o cosmopolitismo. Na cidade concentram-se não só muitos indivíduos diferentes, como indivíduos provenientes de lugares muito diferentes. O intercâmbio que daqui resulta (a nível de ideias e informações) permite que a cidade seja o fulcro da mudança (Mumford, 1989). Respondem a toda a espécie de anseios, conjugam economia e conhecimento, segurança e poder.

Na História encontramos inúmeros exemplos de transformações germinadas nas urbes, enquanto pontos de encontro, entrepostos, escalas de «muitas e desvairadas gentes», como foi Lisboa, a cidade renascentista e do império de que foi capital.⁴ Ou Florença com o Renascimento e Birmingham com a revolução industrial. As cidades são os motores da produção de conhecimento e do progresso e agentes de protagonismo.

² E hoje, não estão estas características ainda presentes na metrópole contemporânea? Não representam as suas torres brilhantes de vidro e metal os centros de decisão dos destinos de Estados, países, do mundo? Não são os seus *outdoors*, vitrinas e telas de TV os templos dos novos deuses? Parece-nos que nestas metrópoles acentradas (cidades sem centro ou cidades multicentradas) nunca o poder urbano foi tão centralizado, a instantaneidade do computador e da imagem de vídeo suportam sistemas de controlo organizados em estruturas fortemente centralizadas e hierarquizadas, sem que isso implique necessariamente concentração espacial.

³ Para Mumford (1989: 133), a cidade é um dos primeiros grupos sociais aberto “a todos os estranhos”, ao contrário da aldeia ou do clã, o que provoca efeitos dinâmicos como fonte de inovação e do progresso técnico, por contraposição ao campo.

⁴ É assim mostrada como cidade global, multicultural, miscigenada e como um centro comercial do século XVI, na exposição «A Cidade Global», Museu de Arte Antiga. “Esta cidade tinha o mundo cá dentro e andar pela Rua Nova dos Mercadores, que era o centro do comércio, mostra isso mesmo. Não há muitas capitais europeias do Renascimento onde pudéssemos comprar araras, macacos e civetas [africanas], onde houvesse dedais do Ceilão [actual Sri Lanka] para vender, onde a variedade de loiças da China e do Japão fosse tão grande como aqui”, diz Gschwend, que partilha com a historiadora Kate Lowe o comissariado da exposição, Jornal Público, 23 de Fevereiro de 2017.



Pode mesmo admitir-se que, na actual situação de enfraquecimento ou fragilidade dos centros de decisão política tradicionais, como os Estados, outros actores afirmam protagonismo, como é o caso das organizações internacionais, empresas transnacionais, mas também das cidades. O actual panorama internacional favorece o papel das cidades e chega a admitir-se a possibilidade de se caminhar para um sistema de tipo hanseático, face ao que ocorreu na vasta área ribeirinha do Mar Báltico, a partir dos finais da Idade Média, em que, na ausência de um poder político unificador, a gestão dessa zona era assegurada por uma aliança de cidades (Lubeck, Bergen, Hamburgo, Riga...) e por uma liga de mercadores, a Liga Hanseática (Moita, 2017).

Alguma analogia pode ser estabelecida com tal experiência, embora de modo não artificial, dado o peso crescente na governação global das empresas multinacionais e das grandes metrópoles. Mas isso não se explica apenas pela recente emergência de autênticas Cidade-Estado como Hong-Kong e Singapura, nem pela expansão de megacidades que, nos vários continentes, são classificadas de «cidades globais» (Sassen, 1991, 2002, 2005, 2007). Na realidade os poderes locais, sobretudo o das grandes concentrações urbanas, afirmam-se hoje como actores da própria vida internacional e desenvolvem uma intervenção activa que interfere nos processos de globalização actuais. A investigação de âmbito nacional e internacional que tem sido produzida no domínio das Relações Internacionais sobre a centralidade das cidades no actual sistema internacional isso demonstra (Curto *et al*, 2014; Tavares, 2016; Santos, 2017).

A intensidade da urbanização contemporânea tem para isso contribuído, inexoravelmente. Todos os anos segundo o *National Intelligence Council* dos EUA, 65 milhões de pessoas juntam-se à população urbana mundial, o que equivale à edição de mais sete cidades do tamanho de Chicago ou de mais cinco do tamanho de Londres. Esta dinâmica tem na China e na Índia os principais motores (*National Intelligence Council*, 2012). Também a África, nomeadamente a Nigéria, tem dado um grande contributo. Os relatórios da ONU (2014;2017) sobre a urbanização mundial evidenciam bem a força do fluxo migratório. De 1990 até ao ano de 2014, as cidades com mais de 10 milhões de habitantes passaram de 10 para 28, a maioria na Ásia. A maior parte da população mundial vive em áreas urbanas. Calcula-se que, em 2050, mais 2,5 mil milhões de pessoas façam crescer para 66% a população urbana.⁵

Na Europa mais de dois terços da população europeia vivem em áreas urbanas e essa participação continua a crescer.⁶ O desenvolvimento das cidades determinará o futuro desenvolvimento económico, social e territorial da União Europeia.⁷ Isso mesmo está

⁵ Em 1950 menos de um terço (30%) da população mundial vivia em espaços urbanos (Harvey, 2004).

⁶ Na "Europa dos 28", em 2017, 74,5% da população vive em áreas urbanas mas essa participação continua a crescer, embora de modo muito mais moderado. Ao longo da segunda metade do século XX, a população urbana cresceu progressivamente assumindo um papel cada vez maior na estrutura demográfica europeia. Enquanto em 1950 a população europeia rural ainda era maior do que a urbana, actualmente mais de dois terços da população da Europeia vive em áreas urbanas (Eurostat, 2016), embora ocupando apenas um 17% do total do território europeu (PBL, 2016). Nesse sentido, as Nações Unidas têm sublinhado que no cenário do ano de 2050, a Europa terá uma população urbana que rondará os 80% (UN, 2014). O desenvolvimento das cidades determinará o futuro desenvolvimento económico, social e territorial da União Europeia.

⁷ Em vários documentos oficiais, desde 2004, a UE tem enfatizado que as cidades desempenham um papel crucial como motores da economia, como locais de conectividade, criatividade e inovação, e como centros de serviços para os seus arredores. Entre os documentos mais relevantes da ação europeia relativamente ao papel das cidades, destacam-se:

– O Urban Acquis of 2004, o qual reconhece "a importância que a contribuição das cidades poderá ter para o sucesso económico, social e ambiental da Europa";



plasmado nos objectivos da Estratégia Europa 2020 solicitando uma verdadeira parceria com as zonas urbanas europeias, cidades e vilas na sua implementação, continuando a reforçar o apoio público a políticas urbanas sustentáveis em toda a UE.

As grandes cidades emergiram como um lugar estratégico para inúmeros tipos de operações em diferentes áreas temáticas, dado que *"multiple globalization processes assume concrete localized forms, electronic networks intersect with thick environments (whether financial centres or activist meetings"* e *"new subjectivities arise from the encounters of people from all around the world"* (Sassen, 2012). A vinculação entre estas cidades e a globalização torna-se uma evidência. Autores como Dollfus (1998) avançam com a ideia da criação de um *"arquipélago megapolitano mundial"*, formado por conjuntos de cidades que contribuem para dirigir o mundo, sendo isso um dos mais fortes símbolos da globalização aliada à concentração das actividades de inovação e de direcção. Isto porque os novos processos de urbanização se materializam nas tendências recentes de apropriação da cidade por interesses empresariais globais, redefinindo os diferentes territórios e a sua relação com agentes com poder de transformação.

Em muitas geografias, o poder está a mudar dos governos centrais para os governos regionais e locais. É por isso que a política externa de muitas urbes já não se limita à mera promoção comercial ou às cerimónias de geminação. O economista americano Stephen J. Kobrin diz que já há muitas cidades e regiões que começam a sentir-se mais livres dos governos centrais e que "está a nascer uma versão moderna da ordem medieval das cidades-Estado".⁸

Em termos históricos, pode dizer-se que, enquanto o território mais estável nas sociedades tradicionais era em geral fragmentador e excludente em relação a outros grupos culturais mas profundamente integrador e holístico no que se referia ao interior do grupo social, no mundo contemporâneo a globalização territorial é uma necessidade vital para a reprodução do sistema, resultando uma forma de organização territorial, cada vez mais moldada pela mobilidade, pelos fluxos e pelas redes. Uma tendência importante é aquela que propõe a rede como um elemento do território ou como uma das formas do território se apresentar.

2.2 Uma globalização multidimensional

A globalização pode ser sintetizada pela ideia de que muitas realidades locais fazem parte de fenómenos mais latos, com alcance e significado mundiais. Pela noção de que há um complexo de relações sociais a transcenderem os territórios nacionais, ao ponto de aquilo que se passa num dado local ser influenciado por eventos ocorridos a grande distância (Giddens, 2001). O modo de funcionamento global envolve domínios muito díspares, daí

-
- O Acordo de Bristol de 2005 o qual sublinha a importância de comunidades sustentáveis para o maior desenvolvimento da Europa e identificando as características dessas comunidades sustentáveis
 - A Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis referindo a importância do maior uso integrado do desenvolvimento urbano para as abordagens políticas
 - A Agenda Territorial de 2007 colocando as questões enfrentadas pelas cidades e zonas urbanas no contexto da coesão territorial;
 - A Declaração de Marselha de 2008, solicitando a aplicação dos princípios da Carta de Leipzig através do desenvolvimento de um Quadro de Referência Europeu para as Cidades Sustentáveis;
 - A Declaração de Toledo de 2010, reconhecendo o papel que as zonas urbanas europeias e que as cidades podem desempenhar na consecução do objectivo de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo prosseguido na Estratégia Europa 2020.

⁸ Stephen J. Kobrin citado em A. J. Teixeira (2015: 11).



que se fale em dimensões da globalização no plural, como faz Appadurai (1996) ao sugerir que o mundo actual se caracteriza pela existência de cinco «paisagens fluidas», constituídas por fluxos de indivíduos, media, tecnologia, capital e ideologia. Deste modo, podemos dizer que a principal característica desse novo “arranjo” do social é estabelecer novas coordenadas nas relações de espaço-tempo, provocando aqueles múltiplos fluxos novas formas de organização da vida humana.

Entender esta nova realidade exige inovação na teoria para se compreender o fenómeno da globalização segundo uma abordagem que vá além de uma visão estritamente económica e que privilegie, sobretudo, a dimensão política e cultural das mudanças contemporâneas. Existe certamente uma diferença entre uma orientação que privilegia as estruturas e uma realidade onde a mobilidade, a circulação e a inserção em múltiplas pertenças são centrais. O que caracteriza o mundo contemporâneo são os fluxos de toda a natureza que o recriam e lhe dão vitalidade permanentemente. A teoria tradicional parece ter subalternizado a proliferação «*rhyzomica*», segundo a expressão de Deleuze e Guattari (1980), preferindo os referentes estáveis: territórios, organizações, instituições, Estado. Ora hoje o planeta inteiro é atravessado por fluxos incessantes de vária natureza: financeiros, comércio, informação, população, e esta situação nova interpela o ponto de vista do observador e convida ao seu reordenamento.⁹

Uma alternativa às teorias economicistas e geopolíticas da globalização, e que interpele a dimensão geocultural na perspectiva desenvolvida por Appadurai (1996: 2004), ganha acrescido interesse. Este autor evidencia a crise do Estado-nação tradicional e releva o impacto da circulação dos indivíduos e das informações no mundo contemporâneo. Os meios de comunicação social (de massas) e as migrações (de massas) têm, segundo Appadurai (1996), um efeito decisivo sobre a obra da «imaginação», e esta imaginação é, para ele, a característica constitutiva da subjectividade moderna, isto é, os "sentimentos de identidade" de cada um. Na sua análise da globalização o autor atribui um lugar central à «imaginação» à maneira da noção de representação colectiva de Durkheim. Podemos encontrar aqui um paralelismo com a reflexão de Anderson (1991) sobre a formação do Estado-nação e o ingrediente principal que é a «comunidade imaginada». Andersen evidencia o papel das novas técnicas de comunicação ligadas à invenção da imprensa na estruturação de Estados-nações centralizados que concentram o exercício da soberania e o monopólio da violência legítima num território com fronteiras bem delimitadas. Com a «imaginação» de Appadurai (1996) é a ideia de invenção que prevalece, num contexto onde os media ocupam um papel determinante, não só

⁹ A ligação do mundo em rede aumentou a capacidade de processamento de informação indispensável ao desenrolar da actividade económica e social e passou a estar disponível em tempo real. Da crescente movimentação internacional de viajantes com impacto económico e cultural, refere-se: i) Viagens e turismo; ii) Administração de negócios globalizados; iii) Estudar noutros países; iv) Participação em eventos científicos e congressos; v) Fluxo de migrantes internacionais. A título de exemplo, podemos afirmar que no domínio do comércio internacional, este, na maioria dos países, representa uma grande percentagem do PIB e, a sua importância económica, social e política tornou-se crescente nas últimas décadas. O avanço industrial, dos transportes, a globalização, o surgimento das empresas multinacionais, o *outsourcing*, tiveram grande impacto no incremento deste comércio. O volume do comércio mundial aumentou vinte vezes desde 1950 até hoje. Este aumento de bens manufacturados ultrapassa o aumento da taxa de produção dessas mercadorias em três vezes. A UE-28 representa cerca de 15 % do comércio mundial de mercadorias. Entre 2006 e 2016, a evolução das exportações de mercadorias da UE-28 por principal parceiro comercial variou consideravelmente. Entre os principais parceiros comerciais, a taxa de crescimento mais elevada foi registada nas exportações para a China que quase triplicaram, enquanto as exportações para a Coreia do Sul quase duplicaram. As exportações para a Noruega e o Japão registaram um crescimento mais lento e foram 26 % e 30 % superiores em 2016 às verificadas em 2006, ao passo que não se registou alteração no nível das exportações da UE-28 para a Rússia no período em consideração (Eurostat, 2017).



difundindo como modelando e flexibilizando os processos culturais. O elo entre a determinação de espaços de soberania, as modalidades de circulação da informação e a sua difusão por um dispositivo de tecnologias apropriadas permite recontextualizar o Estado-nação e reequacionar a questão da soberania.

A globalização tem, pois, dois efeitos muito precisos: em primeiro lugar, no quadro geopolítico, o Estado-nação enquanto referente estável tinha uma importância muito vinculada que conferia aos membros da sociedade o seu ponto de ancoragem privilegiado. O discurso sobre a nação opunha dicotomicamente semelhança e diferença, pertença e exclusão, que era próprio da cultura moderna (Anderson, 1991). Um contexto onde os processos de indução identitária se produziam no âmbito de uma dinâmica permanente de oposição entre o «nós» e «eles», entre o interior e o exterior. Ora, as migrações, por um lado, e os fluxos mediáticos pelo outro abalaram este quadro outrora dominante. As condições da modernidade tardia têm colocado dificuldades ao pensamento binário, criando nos Estados-nações cenários que Anderson (1991) definiu como a «crise do hífen», sendo hoje difícil a muitos Estados equacionarem-se como nações unitárias.

Em segundo lugar, num mundo marcado pelo «poder da imaginação», Appadurai (1996) não deixa de por a questão da relação entre o local e o global. Numa certa medida, o autor reage à visão pessimista segundo a qual a globalização significa a longo prazo a desaparecimento das especificidades culturais próprias do mundo territorializado de outrora. O “fim dos territórios” estaria associado à crise que abala os Estados cujas soberanias são postas em causa com a proliferação dos fluxos económicos e a constituição de novos conjuntos transnacionais. A globalização marcaria, então, em grande medida o declínio de uma civilização onde a transmissão e a tradição jogavam um papel preponderante, e onde o sujeito se definia a partir de uma localidade, região e nação.

A proliferação de grupos desterritorializados, a diversidade das diásporas observadas um pouco por todo o lado, tem por efeito a criação de novas solidariedades translocais (Appadurai, 1996). Vimos emergir construções identitárias que ultrapassam o quadro nacional. As políticas estatais contribuem à sua maneira para manter esta situação e provocar movimentos migratórios. Appadurai (1996) insiste na grande heterogeneidade destas formas de circulação. Os refugiados, os trabalhadores especializados de empresas e organizações internacionais, os turistas, os estudantes, representam tipos muito diferentes de migrantes e constituem à sua maneira uma «transnação» deslocalizada.

Nestas condições, estaremos doravante a entrar na era do pós-nacional? As novas formas de organização que desempenham um papel político de primeiro plano em domínios tão diversos como o ambiente, a economia, e as relações humanitárias, apresentam uma fluidez, uma flexibilidade que contrasta com as estruturas rígidas dos aparelhos estatais tradicionais. A afirmação das cidades na governança global, as organizações não-governamentais (ONG) que se desenvolvem, muitas vezes em ligação com situações de crise, são bem representativas de um novo modelo político mais directamente ancorado na sociedade civil que transcende claramente as fronteiras nacionais. A transnacionalidade que caracteriza cada vez mais o universo mundializado impõe novas solidariedades em rede e modos de acção mais flexíveis. Assim, podemos interpretar as soberanias pós-nacionais emergentes, e a própria ideia de patriotismo não perde de todo valor na medida em que faz sentido que falemos de um patriotismo «móvel plural e contextual». Esta é mais uma noção que defronta as concepções clássicas de Estado-nação que não admitem que possam existir formas móveis de soberania às quais corresponde um novo tipo de compromisso dentro do qual a acção cívica e política faz



“implodir” o quadro nacional.¹⁰ Também a formação de conjuntos institucionais transnacionais, de que a União Europeia é caso paradigmático, têm confrontado o quadro tradicional de soberania.

3. Redes de cidades e Governance

3.1 As redes de cidades

Enquanto a globalização progride e a urbanização se intensifica, a economia globalizada estrutura o espaço de fluxos teorizado por Castells (2005)¹¹, que se materializa numa organização espacial em torno de centros de controlo e comando, aquilo que corresponde à ideia de Sassen (2012) de “cidade global”, em que algumas cidades mundiais dominam as finanças internacionais e grande parte dos serviços de consultadoria e empresariais, de âmbito internacional. É a partir destas cidades que a economia mundial é dirigida, que são emanadas políticas e estratégias internacionais cujo principal desafio é alargar as dinâmicas de crescimento em todos os sectores de actividade. Trata-se de um processo que não afecta apenas as cidades mundiais que se situam no topo da hierarquia, mas todas as cidades que vão fazendo parte da rede global.

É interessante, pois, analisarmos a actuação das redes de cidades e sua importância crescente na compreensão do fenómeno da governança global, configurando uma nova realidade no cenário internacional. Este processo desenvolve-se a partir das décadas de 1980 e 1990 dadas as mudanças ocorridas que propiciaram o reaparecimento e a expansão da paradiplomacia no mundo (Curto *et al*, 2014; Neves, 2010; Moita, 2017; Santos, 2017).¹² Desde a intensificação da globalização, a emergência do Estado-rede, isto é, o Estado que compartilha a sua autoridade ao longo de uma rede, o fim da Guerra-Fria e a subsequente queda do sistema bipolar (Borja & Castells, 1997; Lecours, 2008; Araújo, 2011). Neste contexto as cidades e as regiões assumiram novos papéis económicos e políticos no quadro internacional, em função do declínio de uma hierarquia que tinha o Estado como detentor único do poder, e da descentralização que confere a

¹⁰ São disso testemunho as manifestações que mobilizam as organizações que incarnam causas tão diversas como as que se desenvolvem em torno da questão ambiental, das desigualdades ou da contra-globalização hegemónica.

¹¹ Este autor propõe que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos. Por fluxos, Castells entende serem as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interacção entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por actores sociais nas estruturas económica, política e simbólica da sociedade. Nesta rede, nenhum lugar existe só por si mesmo, já que as posições são definidas por fluxos. Consequentemente, a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede.

¹² A partir de Neves (2010) e Moita (2017) entende-se por paradiplomacia como a capacidade de atores não estatais para estabelecer acordos de cooperação internacional, a partir dos seus próprios interesses, independentemente da atuação do Estado. Este é um processo em expansão devido à lógica da globalização económica de potenciar a competitividade, e face à dinamização dos processos de internacionalização cultural. Esta realidade tem levado à proliferação de parcerias internacionais e à disseminação de redes de vários tipos. É de destacar o papel das cidades, dada a intensificação do processo de urbanização, mas também por se terem afirmado, de forma crescente, como importantes “nós” de redes muito diversas globalizadas, ambicionando influenciar a agenda internacional, ter voz activa junto de organizações multilaterais, sendo hoje pólos fundamentais de internacionalização e agentes relevantes da nova “diplomacia” não estatal, a paradiplomacia.



agentes sub-nacionais graus de autonomia para actuarem como actores globais (Araújo, 2011; Curto *et al*, 2014; Tavares, 2016; Santos, 2017).¹³

As redes de cidades remontam à antiguidade, desde as cidades-Estado gregas até à América espanhola que fora organizada como uma grande rede articulada de cidades. A organização em redes implica autonomia e uma cooperação das cidades com outros municípios horizontalmente, possibilitando o acesso a informações e recursos mais directamente e com menos burocracia. Podemos sistematizar a partir de Araújo (2011), que as principais características destas redes são:

- A ausência de hierarquia na relação entre os seus membros;
- Terem alcance geográfico global;
- A agilidade, tanto para as tomadas de decisão quanto para o intercâmbio de informações;
- A multiplicidade de actores;
- A democratização do conhecimento através da inclusão de municípios de diversas características geográficas, económicas e sociais.

As redes são tanto uma consequência da governança global como uma causa, uma vez que contribuem para o seu amadurecimento. Por governança entende-se um fenómeno que prescinde de governo, na medida em que governo implica actividades apoiadas por uma autoridade formal com poderes coercitivos, enquanto na governança os objectivos são atingidos não necessariamente através de uma autoridade formal, mas através de metas comuns e compartilhadas por todos os que fazem parte do sistema (Rosenau, 2000). A governança é, por conseguinte, mais abrangente do que o governo e os seus objectivos e as formas de os atingir são mais duradouros. Assim, as redes de cidades são exemplos de governança sem governo, na medida em que neste tipo de organização não existe uma autoridade central e a relação entre os seus membros é horizontal, e são os seus objectivos comuns e a cooperação simétrica que viabilizam a sua existência.

As redes de cidades enquadram-se no conceito de governança de duas formas diferentes, embora podendo diferir o seu espaço de actuação. Em primeiro lugar, a cooperação horizontal, a tomada de decisão por consenso e a ausência de hierarquia entre os membros e, conseqüentemente, de uma autoridade central, demonstram como a governança funciona como uma organização, e uma forma de ordem. As redes globais, como a CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos – focam-se em questões mais amplas na actuação no quadro internacional, enquanto as redes regionais, como a Mercocidades, se esforçam por encontrar soluções para problemas regionais e locais. Estes dois exemplos também demonstram a intenção e os objectivos das redes em manterem a cooperação horizontal e sem hierarquias de qualquer natureza, sejam elas políticas, económicas ou culturais.¹⁴ Por outro lado, o desenvolvimento das redes de cidades no

¹³ Resultando, designadamente, a constituição de associações de cidades e governos locais; a criação de acordos bilaterais e de programas de cooperação técnica internacional entre cidades; o irmanamento entre cidades; as missões comerciais; e as redes internacionais de cidades (Araújo, 2011).

¹⁴ Por exemplo, segundo o Estatuto Social da Rede Mercocidades, as decisões do Conselho da rede, formado por duas cidades de cada país membro do Mercosul e por uma cidade de cada país associado, além da Comissão Directiva, devem ser sempre tomadas por consenso. Já na CGLU, ainda que as decisões sejam tomadas por maioria simples, define-se o número de representantes de cada governo local no Conselho Mundial e na Mesa Executiva segundo a população e o engajamento político dos seus membros. Além disso,



cenário internacional demonstra a existência da governança global enquanto ordem internacional. Se a actuação interna das cidades e sua maior autonomia no quadro doméstico é resultado de descentralização do poder federal ou nacional, no âmbito de redes, as cidades passam a exigir maior afirmação a fim de influenciarem as decisões dos governos e das organizações internacionais por eles lideradas.

3.2 Governança e Governança Multinível

A expressão governança surgiu, a partir de reflexões conduzidas principalmente pelo Banco Mundial, a partir de 1992 "com o objectivo de aprofundar o conhecimento das condições que garantiriam um Estado eficiente" (World Bank, 1992: 1). A introdução do conceito resulta da incapacidade do termo "governo" ou "governabilidade" capturar as novas dinâmicas emergentes após o fim do período bipolar da Guerra-Fria e dos Estados como principais actores do sistema internacional. O Conceito de governança propunha-se, assim, deslocar o centro da atenção, da acção estatal para uma visão mais ampla, envolvendo não só uma abordagem holística da gestão pública sub-nacional, nacional e internacional, mas também intersectando as dimensões económica, política, social, ambiental e cultural.

Segundo o documento "*Governance and Development*" do Banco Mundial (Ibidem: 3-5), o paradigma da governança deveria incluir "padrões de articulação e cooperação entre actores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transacções dentro e através das fronteiras do sistema internacional" incluindo-se aí "não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais, hierarquias e associações de diversos tipos". Assim, o formato institucional do processo decisório deveria ser aberto à participação de todos os actores interessados.

Keohane e Nye (1974: 41) usaram pela primeira vez o termo "trans-governamental" para descrever interacções entre "subunidades de governos" em resposta à "maior complexidade" de governança. Também Risse-Kappen (1995: 17) definiu as redes trans-governamentais como "as subunidades de governos nacionais que agem independentemente das políticas estabelecidas. E, Slaughter (2004: 26) reconheceu as funções de troca de informações e coordenação política das cidades através de "uma rede densa de contactos". Esta autora defenderia, mesmo, uma nova ordem mundial baseada na existência e no funcionamento de redes transgovernamentais, capazes de permitir que os governos se beneficiem da flexibilidade e descentralização dos actores não-estatais, mas ao mesmo tempo fortalecendo o Estado como actor principal no sistema internacional.

Ora, esta lógica de descentralização da governação para os níveis supranacional, mas fundamentalmente, sub-nacional abriu espaço para que as cidades assumissem um papel central não apenas na governação, mas também na gestão e partilha das responsabilidades na resolução dos problemas dos Estados, de um ponto de vista endógeno e exógeno. Na verdade, tem surgido vários autores (Curtis, 2016; Hershell & Newman, 2002) a apontar as cidades como as unidades mais próximas entre governados e governantes. No plano das relações internacionais, as cidades têm o potencial de

segue-se o princípio de que nenhuma região do mundo deve ter mais do que um quarto do número total de cadeiras nem mais do que o dobro do número de cadeiras alocadas a qualquer outra parte do mundo.



resolver os desafios globais na medida em que muitos deles se precipitam do nível local e não se circunscrevem aos limites da cidade. Como encontramos na Declaração de Haia da criação do *Global Parliament of Mayors* (GPM, as cidades têm o direito de "agir em conjunto, além fronteiras, em domínios em que a agenda global está paralisada" (2016: 2).

A institucionalização de uma rede de cidades fornece não apenas um canal para cidades que enfrentam desafios semelhantes e uma plataforma para compartilhar conhecimentos e recursos, mas também uma oportunidade para abordar e mitigar os muitos desafios e problemas que o mundo enfrenta (Barber, 2013).

Contudo, de acordo com as teorias tradicionais – o estado-nação é visto como o principal locus da autoridade – os governos sub-nacionais actuam sob a (única) influência e direcção dos governos nacionais.¹⁵ Ora, desta forma a conceptualização da governação seria, maioritariamente, *top down* derivando do nível internacional para nacional e deste para o nível regional e local, de modo que o papel dos governos locais como relevantes agentes de governança global primários seria ao longo dos tempos marginalizado.

Em contrapartida, para a governação multinível existe uma variedade de métodos na concepção das políticas públicas e internacionais. Na governação multinível é feita uma distinção entre o Estado como uma instituição e o Estado como executivo, o qual persegue os seus próprios interesses – o que não significa exatamente por definição "*interesse nacional*". Além do mais, o estado como ator principal está agora envolvido numa complexa rede de relações ao nível internacional tal como a nível da política interna (Marks, 1996: 26). A teoria da governação multinível considera relevantes todos os atores envolvidos nas várias etapas do processo de tomada de decisão. Essa será então a componente *racionalista* desta teoria – todas as pessoas e grupos envolvidos nesta política terão tanta ou mais influência sobre o atual impacto, como aqueles que iniciaram ou legislaram sobre esta política. De fato, quem formula e quem implementa, poderá ser, como poderá não ser o mesmo ator.¹⁶

Assim, uma premissa subjacente à governação multinível diz respeito a *the world turned inside out and outside in* (Anderson, 1996: 135). Com a diluição hierárquica ou pelo menos a redução de estruturas de autoridade do Estado e a própria subversão da soberania tradicional do Estado, existem outros atores sub-nacionais que resgatam, paradoxalmente, a própria soberania estatal – os governos locais. Nesse sentido, as instituições supranacionais são mais que somente a soma das partes que a compõem e as instituições sub-nacionais são mais que a administração do governo central. Assim, a abordagem multinível não sentencia a morte dos Estados. Com a diluição hierárquica ou pelo menos a redução de estruturas de autoridade do Estado e a própria subversão da ordem hierárquica tradicional do Estado, os estados procuram o seu reposicionamento no sistema internacional e uma melhor adequação da governação interna, através de agentes regionais e locais.

Sob esta concepção de governança multinível, emerge a concepção de Governança "glocal" que assenta numa ligação vertical entre cidadãos locais e políticas globais, que

¹⁵ Considerando como teorias tradicionais das relações internacionais: o realismo e neo-realismo; e o liberalismo e neoliberal-institucionalismo.

¹⁶ Esta ideia encontra-se relacionada com um elemento chave da governação multinível: a erradicação da tradicional distinção entre a política interna e a política externa, ou seja, entre o plano doméstico dos Estados e o plano internacional emerge como metodologicamente imprescindível no quadro teórico deste modelo.



não advoga a substituição dos Estados por cidades, mas a posição privilegiada das cidades para vincular os seus cidadãos com as políticas globais (Robertson, 1995). A governança "glocal", com os governos municipais como ator principal, serve como elo vertical e preenche essa lacuna¹⁷. Para Robertson e White (2003: 14) "Em vez de se falar de uma tensão inevitável entre o local e o global, pode ser possível pensar nos dois como não sendo opostos, mas sim como sendo lados diferentes da mesma moeda", apresentando-se a "glocalização" como a conexão do local com o sistema global.

4. Ameaças e Riscos: Respostas Glocais

As cidades contribuem tanto para as actuais ameaças e riscos como para as suas soluções. Este ilogismo observa-se na caracterização das zonas urbanas, frequentemente relacionadas com elevadas concentrações de actividade económica, emprego e riqueza, taxas elevadas de alfabetização entre os residentes, com o fluxo diário de passageiros, o que sugere que há abundância de oportunidades nestes centros de inovação, distribuição e consumo (Eurostat, 2017; United Nations, 2014). No entanto, as cidades caracterizam-se, também, por uma série de desigualdades sociais e é comum encontrar pessoas que desfrutam de uma vida confortável, vivendo em proximidade com outras que enfrentam desafios consideráveis, por exemplo, em relação à habitação, ao desemprego e ao crime. Estas oportunidades e desafios polarizados estão frequentemente em forte contraste, uma vez que os padrões de desigualdade nas cidades são geralmente mais difundidos do que os observados para os estados como um todo. Enquanto a concentração da actividade económica nas cidades pode contribuir para atrair uma força de trabalho altamente qualificada em busca de oportunidades diversas, a reunião de um grande número de pessoas também leva a uma série de externalidades negativas, incluindo a criminalidade (Eurostat, 2016: 46; Zukin, 2010).¹⁸

Pese embora as cidades sejam geradoras de crescimento e desenvolvimento, também as maiores ameaças são encontradas nas cidades, o que se pode denominar o "paradoxo urbano". (por exemplo: não obstante as cidades serem indutoras de crescimento, as maiores taxas de desemprego são, também, encontradas nas cidades (Eurostat, 2016; Curtis, 2016). A globalização levou à perda de empregos - especialmente no sector secundário - e isso foi ampliado pela crise económica. Muitas cidades enfrentam uma perda significativa de poder e coesão inclusivos e um aumento da exclusão, segregação e polarização.

Actualmente, o quadro de ameaças que se coloca ao sistema internacional e, particularmente, aos estados encontra-se difuso e interdependente. Com efeito, nos dados mais recentes de 2017 do *World Economic Forum* (2017), encontram-se os seguintes riscos:

¹⁷ Como uma das principais modernas teorias democráticas, Robert Dahl (1956) argumentou que os Estados-nação e as organizações internacionais baseadas no Estado não tinham conseguido responder aos desafios que enfrentavam.

¹⁸ Em 2014, a percentagem de pessoas na UE-28 que viviam numa área com problemas relacionados com a criminalidade, a violência ou o vandalismo era consideravelmente mais elevada entre os residentes nas cidades (19,9%) do que nos habitantes das cidades e subúrbios (11,8%) ou áreas rurais (7,3%). Os habitantes das cidades da UE-28 eram, em média, 2,7 vezes mais prováveis do que as pessoas que vivem em áreas rurais a viver numa área com problemas relacionados com o crime, a violência ou o vandalismo.



- Riscos geopolíticos (fracasso da governança global e regional; colapso dos estados; fracasso das estruturas de governação nacionais; proliferação de armas de destruição maciça; ataques terroristas, conflitos inter e intra-estatais);
- Riscos sociais (migração involuntária em larga-escala; crise alimentar e crise de água; instabilidade social profunda; spread de doenças contagiosas, fracasso do planeamento urbanístico);
- Riscos económicos (choque nos preços da energia; comércio ilegal, desemprego; crises fiscais, deflação, fracasso das infraestruturas críticas; fracasso dos mecanismos e instituições financeiras);
- Riscos ambientais (Desastres ambientais, perda da biodiversidade e colapso dos ecossistemas, eventos extremos ao nível do clima, fracasso da mitigação das alterações climáticas e a respetiva adaptação, desastres ambientais provocados pelo Homem e os desastres naturais)
- Riscos tecnológicos (ciberataques; consequências adversas de avanços tecnológicos, quebra das infraestruturas críticas de informação, fraude e roubo de dados).

Este quadro de ameaças ampliado e diversificado defronta e ultrapassa, duplamente, as competências do Estado vestefaliano. Por um lado, exige respostas globais, dada a natureza globalizada das ameaças e riscos e, por outro, requer da investigação a consideração de respostas, também, oriundas de "dentro" dos estados, numa esfera sub-nacional. Relativamente, ao quadro de riscos e ameaças elencados pelo World Economic Forum, vários autores têm convergido na possibilidade de respostas das cidades aos problemas globais. Relativamente aos riscos geopolíticos alguns autores (Graham, 2004; Dickson, 2002) afirmam que apenas as cidades conseguem responder ao novo quadro de ameaças internacionais uma vez que muitos desses riscos se encontram dentro das próprias cidades (desemprego, exclusão social; recrutamento para grupos terroristas; prostituição; tráfico de droga; criminalidade organizada...). Relativamente aos riscos sociais é também no plano urbano que encontramos, quer o maior conhecimento dos problemas como as respostas (Saunders, 2010, Zukin, 2010). Quanto aos riscos ambientais, vários autores (Taedong, 2015 ; Betsill & Bulkeley, 2005) têm insistido que a mudança climática apesar de, tradicionalmente, considerada como uma questão global tornou-se um desafio local urgente. As cidades são responsáveis por mais de 70 por cento das emissões de gases com efeito de estufa e por 80 por cento do consumo de energia. Estando 90 por cento situadas ao longo do litoral, as cidades enfrentam as ameaças climáticas comuns como o aumento do nível do mar e tempestades costeiras. Esta problemática justifica a necessidade do arranjo "glocal", com a imbricação entre assuntos locais e globais. Como Rosenau (2000: 4) escreveu: "O que é doméstico também é internacional e o que é internacional também é doméstico"

Assim, a governança global democrática deve afastar-se da estrutura nacional, exclusivamente, vinculada na soberania nacional e avançar para autoridades locais descentralizadas e próximas. Como a antiga democracia ateniense e a "esfera pública" de Habermas (1962) sugerem, as cidades são o lugar onde os cidadãos podem-se comprometer no processo político em curso e influenciar a política que afeta suas vidas e responsabilizar diretamente as autoridades perante eles. No âmbito da governança "glocal", os governos municipais assumem-se como o elo vertical que permite aos



cidadãos participar na formulação de políticas globais através das instituições locais e as autoridades nacionais. Com a diplomacia da cidade e a governança "glocal", a tomada de decisão internacional pode ser, também, mais democrática.

5. Conclusão

Na história da humanidade, nunca antes se registou uma aceleração de alterações tão forte como no decorrer do último século e, sobretudo, ao longo dos últimos 50 anos. Estamos perante um mundo de cidades tendo a globalização dado um grande impulso à urbanização. A abordagem compreensiva sobre o papel das cidades na governança global leva-nos a destacar os conceitos de governança global e de redes de cidades, pela crescente importância que assumem na agenda internacional.

A governança diz respeito aos meios e aos processos que são utilizados para produzir resultados eficazes. Não pode ser acção isolada da sociedade civil procurando maiores espaços de participação e influência. Pelo contrário, o conceito compreende a acção conjunta de Estado e sociedade na busca de soluções e resultados para problemas comuns. E é inegável que o surgimento de actores não-estatais é central para o desenvolvimento da prática da governança. A actuação de cidades globais emerge como novo tipo de autoridade que vem, gradativamente, adquirindo importância, assumindo-se como uma nova forma de organização, mais horizontalizada, com ausência de poder central e pela inexistência de hierarquia entre os seus membros.

As redes de cidades são uma forma de governança e assumem hoje novas competências na paradiplomacia, mas a sua formação não é um fenómeno novo, como tivemos oportunidade de observar. Na actualidade, elas têm-se desenvolvido pela necessidade sentida pelos governos locais de dialogarem entre si na busca de soluções para os problemas comuns que enfrentam. Um dos objectivos principais da organização em redes é alcançar melhores resultados do que aqueles que se conseguiriam se os agentes envolvidos trabalhassem separadamente, como é o caso dos municípios. Ao trabalharem em rede estão melhor posicionados face a situações que envolvem actores internacionais, além de a organização em rede facilitar a interacção e a troca de experiências entre os membros.

Concluimos que as redes de cidades são uma nova forma de actuação composta por actores sub-nacionais e constituem actores com um poder crescente na resolução de muitos dos desafios actuais ao sistema internacional.

Referências bibliográficas

Anderson, Benedict (1991). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres: Verso.

Anderson, James (1996). "The Shifting Stage of Politics: New Medieval and PostModern Territorialities?", *Society and Space*, 14, pp. 133-53.

Appadurai, Arjun (1996). *Modernity at Large*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

Araujo, Izabela (2011). "A governança global e a atuação das redes internacionais de cidades". In *Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3º Encontro Nacional ABRI*, São Paulo, [acedido 01 May 2017], disponível em



http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000200031&lng=en&nrm=iso

Barber, Benjamin. (2013). *If Mayors Ruled the World: Dysfunctional Nations, Rising Cities*, New Haven: Yale University Press.

Betsill, Michele & Bulkeley, Harriet. (2005). "Cities Protecting the Climate: the Local Dimension of Global Environmental Governance", in Sinnott-Armstrong, W. & Howarth, R. (ed.) *Perspectives on Climate Change: Science, Economics, Politics, Ethics* (Advances in the Economics of Environmental Resources, Volume 5), Emerald Group Publishing Limited, pp. 189 – 213.

Borja, Jordi & Castells, Manuel (1997). *Local & Global: management of cities in the information age*, Londres: UNCHS (Habitat/ONU) and Earthscan Publications.

Bouteligier, Sofie. (2013). *Cities, Networks, and Global Environmental Governance: Spaces of Innovation, Places of Leadership*, New York: Routledge.

Bulkeley, H. & Betsill, M. (2005). "Rethinking Sustainable Cities: Multilevel Governance and the 'Urban' Politics of Climate Change", *Environmental Politics*, 14 (1), pp. 42-63.

Castells, Manuel. (2005). "Espaço de fluxos", in Manuel Castells (ed.). *Sociedade em Rede: A era da Informação: economia, sociedade e cultura*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cidade-estado in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consultado: 2017-09-13]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$cidade-estado](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$cidade-estado)

Cities in Europe (2016). Report [consultado: 2017-06-1]. <http://www.pbl.nl/sites/default/files/cms/publicaties/PBL-2016-Cities-in-Europe-2469.pdf>

CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos. Disponível em: <https://www.uclg.org/en/organisation/structure/governing-bodies/world-council>. Acedido em 1 de Maio de 2017.

Curtis, Simon. (2014). *The power of cities in International Relations (cities and global governance)*. London: Routledge.

Curtis, Simon. (2016). "Cities and global governance: State failure or a new global order?" *Millennium: Journal of International Studies*, 44 (3), pp. 455-477.

Curto, H. S., Moita, L.; Brito, Brígida R.; Quintas, C.; Galito, M. S. (2014), "Cidades e Regiões: a paradiplomacia em Portugal". Notas e Reflexões, JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 5, N.º 2, novembro 2014-Abril 2015. Consultado [online] em 14 de Setembro de 2017: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol5_n2/pt/pt_vol5_n2_not1.pdf

Dahl, Robert. (1956). *A preface to Democratic Theory*, Chicago: University of Chicago Press.

Deleuze, Giles & Guattari, Félix (1980). *Mille plateaux*. Paris: Minuit.

Dickson, Keith. (2002). "The war on terror: cities as the strategic high ground", Minelo.

Dolfus, Olivier. (1998). *A Mundialização*, Mem Martins: Publicações Europa-América.



- EUROSTAT. (2016). *Urban Europe: Statistics on Cities, Towns and Suburbs*, Luxembourg: Publications office of the European Union
- EUROSTAT. (2017). [consultado: 2017-09-15]. http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International_trade_in_goods/pt
- Giddens, Anthony. (2001). *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras: Celta.
- Graham, Stephen. (ed.). (2004). *Cities, War and Terrorism: Towards an Urban Geopolitics*. Malden, MA: Blackwell.
- Habermas, Jurgen. (1962). *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge: Polity Press.
- Hale, Thomas; Held, David. & Young, Kevin. (2013). *Why Global Cooperation is Failing when We Need It Most*, Cambridge: Polity Press.
- Harvey, David (2004). *Espaços de esperança*, São Paulo: Ed. Loyola
- Herschel, Tassilo & Newman, Peter. (2002). *Governance of Europe's City Regions*, London: Routledge.
- Keohane, Robert & Nye, Joseph. (1974). "Transgovernmental Relations and International Organizations", *World Politics*, 27, pp. 39-62.
- Lecours, André. (2008). "Political Issues of Paradiplomacy: Lessons from the Developed World", in Virginie Duthoit & Ellen Huijgh, Clingendael, Netherlands: Netherlands Institute of International Relations
- Marks, Gary. (1996). "An actor-centred approach to multi-level governance", *Regional & Federal Studies*, 6 (2), pp. 20-38.
- MERCOCIDADES. Estatuto y Reglamento de Mercociudades. Disponível em: <http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2272>. Acedido em 1 de Maio de 2017.
- Moita, Luis (2017). "A paradiplomacia de uma cidade: a internacionalização de Lisboa nas últimas quatro décadas", in Moita, Luis (coord), *A Internacionalização de Lisboa: paradiplomacia de uma cidade*. Lisboa: Observare/UAL, pp. 109-145.
- Mumford, Lewis. (1989). *La città nella storia*, Milano: Bompiani
- National Intelligence Council (2012). [consultado: 2017-04-13]. https://fas.org/irp/nic/global_trends_2030.pdf
- Neves, Miguel Santos (2010) "Paradiplomacia, Regiões do Conhecimento e a consolidação do «Soft Power»", JANUS.NET e-journal of International Relations, N.º 1, Outono de 2010, disponível em http://janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_vol1_n1_pdf/pt_vol1_n1_art2.pdf
- Risse-Kappen, Thomas. (1995). *Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures, and International Relations*. New York: Cambridge University Press.
- Robertson, R. (1995). "Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity", in M. Featherstone, M.S. Lash & R. Robertson (eds), *Global Modernities*, London: Sage
- Robertson, R. & White, K. (2003) "Globalisation: an overview", in Roland Robertson & Kathleen E. White (eds.), *Globalisation: Critical concepts in Sociology*, Londres: Routledge, pp. 1-44



- Rolnik, Raquel (1994). *O que é cidade*, São Paulo: Editora brasiliense (3ª edição).
- Rosenau, James (2000). "Governance, order, and change in world politics". James Rosenau and Ernst-Otto Czempiel (eds). *Governance without Government : Order and Change in World Politics*, Cambridge : Cambridge University Press, pp. 1-29.
- Santos, Sofia, J. (2017), "As Cidades como Atores das Relações Internacionais" in Moita, Luís (coord.) (2017), *A Internacionalização da cidade de Lisboa: A paradiplomacia de uma cidade*, Lisboa. Lisboa: UAL, OBSERVARE, pp. 109-145.
- Sassen, Saskia (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press.
- Sassen, Saskia (2002) (ed.) *Global Networks: Linked Cities*. New York: Routledge.
- Sassen, Saskia (2005), "The global city: Introducing a concept", *Brown Journal of World Affairs*, Volume XI, Nº 2.
- Sassen, Saskia (2007), *A Sociology of Globalization*. New York: Columbia University.
- Sassen, Saskia (2012). "Cities", in *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization*.
- Saunders, Doug. (2010). *Arrival City: How the Largest Migration in History Is Reshaping Our World*, New York: Pantheon Books.
- Slaughter, Anne-Marie. (2004). *A New World Order*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Taedong, Lee. (2015). *Global Cities and Climate Change: The Translocal Relations of Environmental Governance*, New York: RoutledgeTavares, Rodrigo (2016), *Paradiplomacy: Cities and States as Global Players*, Oxford: Oxford University Press.
- Teixeira, A. José (2015), "Mais poder para as cidades", *XXI*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos (4), pp. 8-11.
- United Nations (2014), *World urbanisation prospects*. ISBN 978-92-1-151517-6 (acedido a 10 de Maio de 2017)
- United Nations (2017). [consultado: 2017-09-13]. <http://www.un.org/en/development/desa/population/>
- World Bank. (1992). *Governance and Development*. Washington D.C.: A World Bank Publication
- World Economic Forum (2017). *Global Risks Report 2017*. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-risks-2017/> (acedido a 15 de Maio de 2017)
- Zukin, Sharon (2010). *Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places*, New York: Oxford University Press.